



JOSÉ ELI DA VEIGA

PROFESSOR TITULAR DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), PESQUISADOR DO NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIOAMBIENTAL (NESA) E ORIENTADOR EM DOIS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO: RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IRI-USP) E INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPÊ).

POR VERA DE SOUZA E MARIA AUGUSTA CARVALHO


FOTOS ADRIANA LORETE

Sustentabilidade x Seguros

Quarenta anos após a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, e vinte depois da ECO-92, no Rio de Janeiro, emerge com mais força na passagem deste século o conceito de sustentabilidade. O termo, como explica o professor de Economia da USP José Eli da Veiga, nesta entrevista à Cadernos de Seguro, exprime uma nova atitude do setor produtivo mundial na tentativa de aliar desenvolvimento e preservação ambiental, a fim de minimizar grandes riscos, cujos fatores já são calculados e medidos pela indústria do seguro.



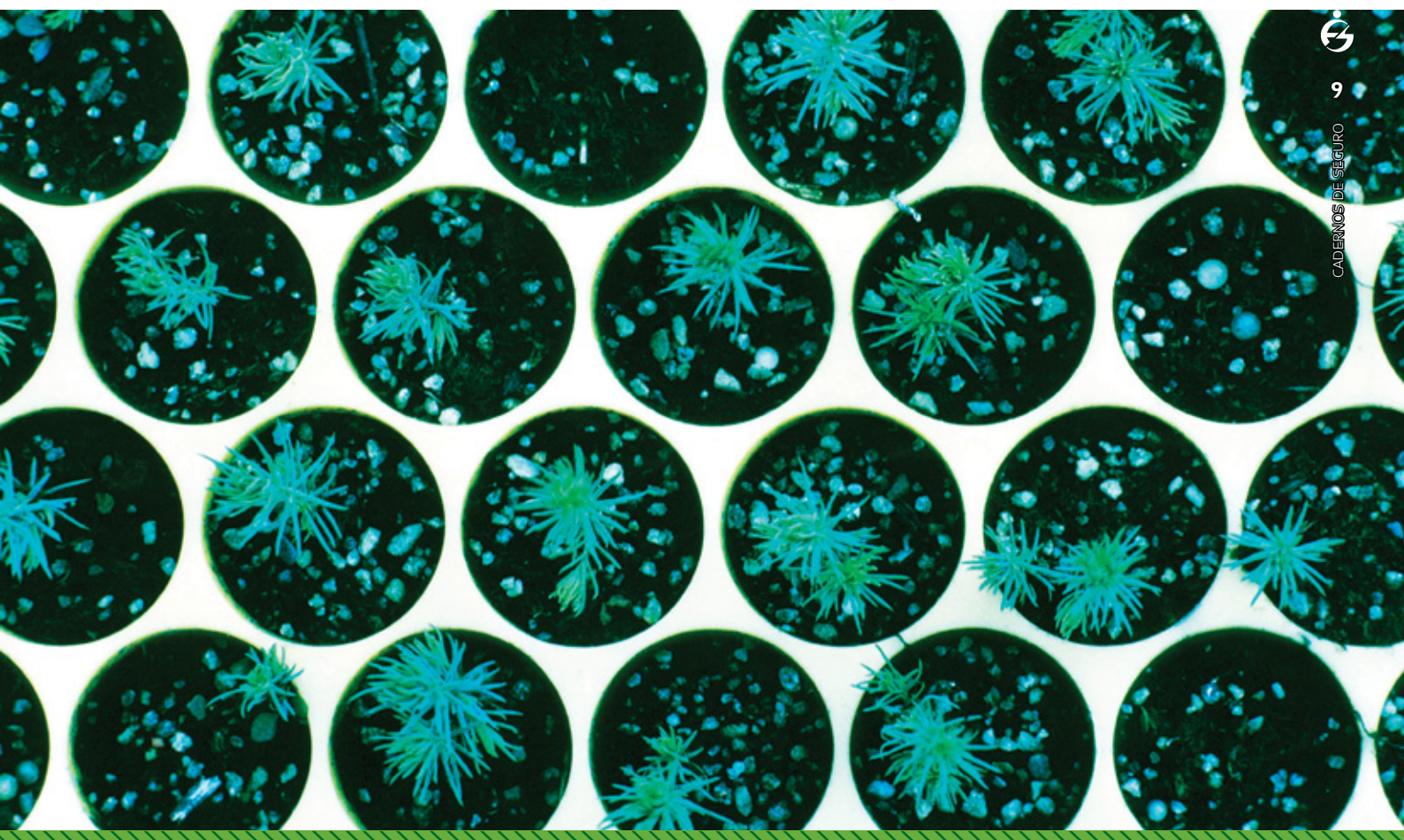


A ciência começou a mostrar *que as atividades humanas poderiam colocar em risco a biosfera, da qual a nossa vida depende tanto.* 

CADERNOS: Fala-se muito em sustentabilidade, em desenvolvimento sustentável. É uma palavra que está na boca de todo mundo, virou moda, ficou até um pouco banalizada. O que é sustentabilidade, realmente?

JOSÉ ELI DA VEIGA: Esse fenômeno de banalização e ao mesmo tempo de certa interrogação ocorre sempre com os valores, principalmente quando estes emergem, como é o caso da sustentabilidade. Então, talvez o jeito mais simples de explicar seja dizer que todos os grandes valores, ou mesmo todos os grandes ideais – para ficar só na sociedade moderna –, passaram por esse processo.

O que aconteceu com o que acabou sendo cunhado como sustentabilidade é que, a partir de meados do século passado, principalmente dos anos 60, a ciência começou a mostrar que as atividades humanas poderiam comprometer os ecossistemas, colocar em risco a biosfera, da qual a nossa vida como espécie depende tanto, e essas evidências de que isso estaria acontecendo só cresceram neste século, só aumentaram, especialmente com o principal fenômeno, que praticamente se sobrepõe a todos os outros, que é o problema do aquecimento global. Então, nesse processo, inicialmente quando se discutiam essas questões, não existia esta palavra, sustentabilidade. Ela surgiu de uma maneira pitoresca, depois da primeira grande conferência de Estocolmo, em 1972. Naquela época ainda era uma discussão muito embrionária, com a qual só se preocupava quem era contra o desenvolvimento. E aí, em um seminário da ONU, alguém argumentou: “Não somos contra o desenvolvimento. Só queremos que o desenvolvimento seja sustentado”. Até então, essa palavra era usada apenas por alguns grupos científicos, para designar atividades muito mais específicas. Quem lida com a pesca, por exemplo, há muitos anos já tentava calcular uma taxa de extração sustentável. Era a ideia de que até onde se pode retirar peixe do fundo do mar sem comprometer a reprodução do cardume, sem comprometer o ecossistema. Acontecia algo semelhante na área de florestas. Os engenheiros calculavam uma taxa de extração sustentável e, de certa forma, isso também existia na agronomia, na qual já era estudada a quantidade de nutrientes que poderia ser retirada da terra sem que ela perdesse a fertilidade.



A pessoa que usou esse adjetivo para o desenvolvimento, provavelmente, vinha de algum desses segmentos científicos ou conhecia as suas ideias.

CADERNOS: O que aconteceu a partir daí?

JEV: Demorou muito até ser uma expressão consagrada. O conceito fez parte, em 1987, do relatório Nosso Futuro Comum, que é conhecido como relatório Brundtland, mas ainda não tinha sido absorvido pela opinião pública.

Como acontece com quase todas as ideias, com base na teoria do filósofo Schopenhauer, percorreu um ciclo natural da ridicularização à banalização, passando pela aceitação. Hoje, ninguém ridiculariza essa

ideia, ela praticamente já foi aceita, já foi legitimada, mas como é muito usada, as pessoas buscam uma definição. O problema é que, para os valores, raramente existem definições.

Para dar um exemplo, quando eu digo “justiça”, não há muita divergência em apontar alguma coisa que seja uma injustiça. Porém, se você pedir para as pessoas definirem justiça num grupo de 20 indivíduos, vão aparecer 20 definições. É muito difícil explicar uma ideia abstrata. No entanto, justiça é um valor muito mais antigo que sustentabilidade – e não tem definição até hoje. Acontecerá o mesmo com sustentabilidade. Podemos encontrar 300 definições, mas nenhuma delas vai agradar a todos.



CADERNOS: Se por um lado, em boa parte, o mundo está voltado para a questão da sustentabilidade, por outro, o consumo no planeta nunca foi tão exacerbado, incluindo aí a população brasileira, que também aderiu a esse *modus vivendi*, em larga escala, há poucos anos. Isso não seria uma forma de exaurir o planeta?

JEV: A questão concreta é a seguinte: a humanidade passou milênios sem ter determinados confortos. É difícil imaginar que, à medida que a gente tem acesso a esses confortos, que se deixe de querê-los ou de adquiri-los. O consumo é voltado para aquilo que torna a nossa vida mais agradável. E quem não tinha acesso a esse consumo, agora que tem não vai abrir mão, não vai querer discutir. Um exemplo é a questão do consumo de carne. É muito comum que as pessoas que passam a ter alguma renda aumentem o consumo de carne.

Nós não podemos achar que alguém que foi privado disso parte da sua vida possa ter um comportamento diferente. No entanto, o que se constata é que nos países que já são ricos há muito tempo existe também um excesso brutal no consumo de carne bovina. A necessidade que a gente tem de carne é muito pequena, perto daquilo que se tornou um hábito. Há um consumo pletórico nos países ditos desenvolvidos. Lá, não mudaria nada se eles começassem a reverter esse processo. A redução do consumo da carne bovina leva à redução da emissão dos gases.

Então, não acho que caiba a gente discutir o outro lado. Isto é, a situação dos pobres do mundo inteiro. É melhor que eles passem a ter renda e possam consumir. Vai ser inevitável, que consumam mais carne.



Hoje em dia, já se sabe que grande parte do comércio de alimentos exige certificação. No futuro, quem não a tiver estará fora dos melhores mercados. Aqui, tendemos chegar a isso, e as seguradoras podem começar a exigir a certificação. ∞∞

Ao mesmo tempo, poderia acontecer de aqueles que já consomem carne demais, e há muito tempo, comecem a reduzir. É muito mais uma mudança de padrão de consumo do que uma redução do consumo. Embora você tenha toda razão a respeito de que nós não sabemos se vai ser possível, no século que temos pela frente, por exemplo, continuar o aumento do consumo como ele vem ocorrendo, em termos globais, e atender a esses objetivos de não colocar em perigo os ecossistemas ou a biosfera. Há economistas que consideram que será obrigatória a redução do consumo, mesmo, mas isso é um debate inconcluso, por enquanto.

CADERNOS: Depois de todos esses anos e diversos encontros, o empresário brasileiro pratica a sustentabilidade?

JEV: Como sempre, não podemos responder por algo que abranja todo o empresariado. Notam-se comportamentos que evoluíram muito. Observamos que as empresas que caminham na direção da sustentabilidade estão associadas a duas entidades. No Rio de Janeiro, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável – CEBDS, e em São Paulo, o Instituto Ethos. Isso não significa que qualquer empresa ligada a essas entidades faça seriamente a lição de casa. Há casos de oportunismo, claro. Mas elas acabam sendo levadas a se comprometer.

Bem ou mal, acho que o setor mais avançado do empresariado está indo nessa direção. Em compensação, há outros que não só estão muito atrasados como retardaram o processo. É o caso específico dos criadores de boi, que se concentram nos estados

do Centro-Oeste e Norte. Eles acabaram de dar um grande exemplo ao modificarem o Código Florestal, da maneira que o fizeram, e gostariam de voltar ao século XIX – e, no meio disso, há de tudo. Estou falando dos boiadeiros, dos criadores de boi, fazendeiros da área de pecuária bovina extensiva, mas, evidentemente, também há o frigorífico e o supermercado. Forma-se uma cadeia. A responsabilidade não é só de um personagem. Claro que uns estão indo mais à frente e outros com mais dificuldades. Quando existem empresas que assumem o compromisso de redução de emissões de gases de efeito estufa, um dos critérios é saber se esse compromisso está sendo cumprido em termos absolutos. Isto é, se realmente a empresa se compromete em “até o ano tal nós vamos reduzir as nossas emissões em tantos por cento, independentemente do aumento do faturamento”, enquanto outras falam: “Não. Hoje a nossa emissão é de tantos por unidade de faturamento, então nós vamos fazer com que essa taxa diminua”. São coisas distintas. É a gradação dos compromissos.

Lidando com isso há muitos anos, acredito que houve uma mudança de comportamento favorável no meio empresarial. Um exemplo recente que surpreendeu foi o da Fibria (empresa que reuniu várias outras no setor de papel e celulose). Ela possui um histórico imenso de conflito ambiental – como era o caso da Aracruz. Agora é uma das empresas que está indo na direção da sustentabilidade, propondo, inclusive, o seguinte: eles vão promover um assentamento em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Algo absolutamente inimaginável até muito pouco tempo.

CADERNOS: O senhor acha que as empresas de seguros podem fazer parte dessa cadeia de pressão junto às empresas?

JEV: Com certeza. Acho inclusive que o setor de seguros poderia ajudar e, de certa forma, já ajuda. Veja, por exemplo, o comportamento das seguradoras em relação à energia nuclear, antes e depois de Fukushima. Todos esses problemas que estamos discutindo, como os riscos que estão ligados à preservação dos ecossistemas, à biosfera, isso sequer entrava nos cálculos da indústria de seguro. Algumas, simplesmente, diziam o seguinte: “Nós não vamos fazer seguro em relação a catástrofes naturais porque sempre existiram. E, como não há muita possibilidade de previsão...” Não é risco. O setor de seguro trabalha, basicamente, com cálculo de risco, e há coisas que são incertezas, bem diferentes de risco. Então, durante muito tempo, havia unicamente a ideia de que “a gente faz seguro de um monte de coisas que se pode calcular o risco, mas as coisas que se referem às incertezas, em que não se tem como calcular o risco, não podemos segurar”. Evidentemente que esse comportamento começou a ser alterado com a capacidade de a ciência de prever, por exemplo, uma maior frequência de acidentes climáticos extremos.

CADERNOS: Ou seja, a incerteza está diminuindo cada vez mais.

JEV: Na verdade, se tem a certeza de que vai ser cada vez mais frequente. Então, há uma demanda muito grande por determinados tipos de seguro. Se a indústria de seguros vai poder ou não entrar nessa área é uma coisa que eu não posso avaliar, porque não estou suficientemente inteirado de como está evoluindo a indústria do seguro nesse sentido. Mas aqui e ali há sinais de que o setor de seguros está debatendo essa questão de uma maneira como nunca tinha feito antes.

Outro exemplo mais simples, de como o setor de seguros pode ajudar na direção da sustentabilidade: hoje em dia, já se sabe que grande parte do comércio de alimentos, principalmente nos mercados mais avançados, exige certificação. Atualmente, para se colocar algum tipo de alimento no mercado alemão, tem que ter uma certificação socioambiental.

Essa certificação não se limita a perguntar se há o cumprimento da lei. As empresas certificadoras visitam as propriedades e verificam se as áreas de preservação permanente estão sendo respeitadas. No futuro, quem não tiver certificação vai estar praticamente fora dos melhores mercados. Aqui, podemos chegar a isso, e as seguradoras podem começar a exigir a certificação. Evidentemente, não sei dizer quantas seguradoras já estariam dispostas hoje a agir assim, mas essa é a tendência, como já ocorre há muito nos países escandinavos. ●

